

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** Gabinete da Vereadora **ROSIMERY ROSA MANGIFESTA**

MACABÚ ARAÚJO



PROJETO DE LEI N° O식식 /2025

Autoria: Vereadora Rosimery Rosa Mangifesta Macabú Araújo

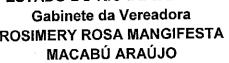
Ementa: Institui, no âmbito do Município de Casimiro de Abreu, a "Lei do Luto Parental" conforme a Lei Federal de nº 15.139/2025 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE **ORGÂNICA** CONFERIDAS **PELA** LEI SÃO MUNICIPAL, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI, NA FORMA ABAIXO:

- Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Casimiro de Abreu, a Lei do Luto Parental, que tem por objetivo conceder o direito à licença remunerada a mães e pais servidores públicos municipais em decorrência do falecimento de filho(a), independentemente da idade deste.
- Art. 2º O servidor público municipal, estatutário e/ou comissionado que vier a sofrer o falecimento de filho(a), terá direito à licença luto parental de até 10 (dez) dias consecutivos, sem prejuizo de sua remuneração.
- § 1º O benefício previsto no caput aplica-se igualmente aos casos de perda gestacional, natimorto ou morte neonatal.
- § 2º No caso de gestação múltipla, o prazo de licença será concedido por ocorrência, não se cumulando por número de filhos.
- § 3º A licença deverá ser concedida mediante apresentação de documento comprobatório emitido por unidade de saúde, cartório ou autoridade competente.
- Art. 3º Durante o período da licença, é assegurado ao servidor o direito de acompanhamento psicológico e social, disponível pelo Município, como medida de acolhimento e apoio emocional.
- Art. 4º Os estabelecimentos de saúde públicos municipais, especialmente o Hospital Municipal Ângela Maria Simões Menezes e as unidades de pronto atendimento, deverão garantir suporte humanizado e psicológico imediato aos pais que venham a sofrer a perda de um bebê, seja em caso de aborto espontâneo, natimorto ou morte neonatal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** Gabinete da Vereadora **ROSIMERY ROSA MANGIFESTA**





- 1 acolhimento humanizado por equipe multiprofissional, incluindo profissionais de enfermagem, psicologia e serviço social;
- II orientações sobre o processo de luto, direitos e serviços disponíveis;
- III acompanhamento psicológico posterior, mediante encaminhamento à rede de atenção psicossocial do município;
- IV tratamento digno e respeitoso, assegurando à família privacidade e amparo emocional.
- § 2º O Município poderá firmar parcerias com entidades, organizações e profissionais especializados em saúde mental e assistência social para ampliar o atendimento previsto neste artigo.
- Art. 5º A Administração Pública Municipal fica obrigada a adotar medidas efetivas de acolhimento e assistência às famílias que vivenciarem a perda de filhos, inclusive em casos de perda gestacional, natimorto ou morte neonatal.
- § 1º Compete à Administração Pública, por meio das Secretarias Municipais de Saúde, de Administração e de Assistência Social:
- I garantir o cumprimento das medidas previstas nesta Lei;
- II capacitar os profissionais de saúde e atendimento para o acolhimento humanizado de pais em situação de luto;
- III assegurar o acesso a atendimento psicológico gratuito e acompanhamento pós-luto;
- IV promover campanhas de conscientização sobre o luto parental e a importância do cuidado emocional.
- § 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o gestor responsável às penalidades administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.
- Art. 6º As empresas privadas estabelecidas no Município de Casimiro de Abreu serão incentivadas a adotar medidas semelhantes, por meio de campanhas de conscientização e de incentivo à responsabilidade social.
- Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Casimiro de Abreu, 10 de Outubro de 2025.

SA MANGIFESTA MACABÚ ARAÚJO



CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** Gabinete da Vereadora **ROSIMERY ROSA MANGIFESTA**

MACABÚ ARAÚJO



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A presente proposição tem como finalidade reconhecer e amparar as famílias que passam pela perda de um filho, seja durante a gestação, no parto ou após o nascimento. A dor do luto parental é profunda e demanda uma resposta humanizada por parte do poder público.

Com esta Lei, o Município de Casimiro de Abreu passa a assegurar licença remunerada aos servidores, acolhimento psicológico e, principalmente, a atuação obrigatória da Administração Pública na oferta de suporte às famílias em situação de luto.

O projeto também fortalece a rede de saúde municipal ao determinar a atuação direta do Hospital Municipal Ângela Maria Simões Menezes e das unidades de saúde, que deverão garantir atendimento humanizado, escuta sensível e encaminhamento à rede de apoio emocional.

Trata-se de uma medida de respeito, empatia e humanidade que reafirma o compromisso desta Casa Legislativa com a dignidade das famílias casimirenses.

Casimiro de Abreu, 10 de Outubro de 2025.

ROSIMERY ROS